

Garrett e Saramago: viagens pelo *rio da História* ou pelo *fió de água que some nas areias do esquecimento?*

Amélia Cherulli Alsina*

Uma tentativa de aproximação entre os autores portugueses Almeida Garrett e José Saramago pode causar certo estranhamento devido ao evidente espaço temporal que os separa e distancia. Porém, não há dúvidas, porém, de que, apesar das diferenças entre os estilos desses autores, há várias semelhanças entre eles, seja no aspecto retórico-estilístico, seja no temático-ideológico. O próprio Saramago, em entrevistas e depoimentos, deixa muito claro o seu respeito pelo introdutor do Romantismo e do romance propriamente dito em Portugal e afirma ser este, ao lado de António Vieira, uma das suas maiores influências. Ao afirmar que Garrett é, para ele, “uma referência fundamental” (Gusmão, 1989, p. 89), o escritor contemporâneo reconhece uma relação de parentesco entre eles, a qual é muito importante para o entendimento de suas obras.

Entre os muitos aspectos que os aproximam, dois deles serão motivo de estudo neste artigo: a utilização da temática da viagem e o interesse pelos fatos históricos nacionais. Observando-se esses tópicos na produção romanesca desses autores, optou-se por analisar as obras *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, *Viagem a Portugal* e *A jangada de pedra*, de José Saramago. Deve ressaltar-se que, nessas obras, o tema da viagem é tomado por ambos não como gênero literário (o

* Mestre pela Universidade de Lisboa.

denominado *literatura de viagens*), já que ambos recusam esse modelo, mas como motivo, ou seja, elemento estruturador ou ponto de partida para o desenvolvimento de questões outras. Ver-se-á que, nestes textos, a viagem pela própria terra leva à reflexão sobre o passado e a identidade nacional portuguesa. Ao recuperar a memória e os fatos históricos nacionais, essas viagens empreendidas por Garrett e Saramago apresentam definições muito claras e particulares de História e pintam, de maneira crítica e original, diferentes – em alguns aspectos semelhantes – retratos da pátria portuguesa.

Um dos principais pontos de contato entre as obras é a tendência, após uma longa história portuguesa de expansão marítima e distanciamento em relação à terra, ao regresso à terra-mãe. Com Garrett, como afirmou Eduardo Lourenço em *O Labirinto da saudade – psicanálise mítica do destino português*, iniciou-se uma tradição do repensar a terra portuguesa, tornada, pela primeira vez na história literária desse país, protagonista e motivo de reflexão. É exatamente nessa “atitude inaugural” ou “matricial” (Lourenço, 2001, p. 84) do autor romântico que Saramago vai se apoiar para escrever as suas viagens. Ele próprio evidencia isso ao dedicar a sua *Viagem a Portugal* ao “Garrett, mestre de viajantes”. Este aspecto foi referido, entre outros estudiosos, por Teresa Cristina Cerdeira da Silva, que vê na opção de Saramago por uma viagem pela terra portuguesa, por esse “olhar para dentro de casa”, uma “clara herança garrettiana” (2003, p. 249).

É evidente, como já se sugeriu, que a temática da viagem não foi tomada nas obras apenas como motivo de deslocamento pelo território português, este em seu sentido físico e concreto (já que é o sentido simbólico-ideológico que se quer enfatizar), mas é interessante observar que este está sim representado nos textos. Se nas *Viagens* Santarém representa-o por meio de sinédoque, já que a viagem a este destino simboliza também uma *viagem a Portugal*, na *Viagem* o espaço nacional está representado (quase) na íntegra, mediante a trajetória pré-definida pelo viajante e o percurso de viagem [vejam-se os mapas anexos à edição *de luxo* da obra, que mostram um confuso vaivém nas estreitas estradas de todo o país (1995, pp. 259-264)]; e n’*A jangada*, também se pode facilmente recuperar o percurso do grupo de viajantes no mapa da Península. Essa perambulação, mesmo que ficcional, pelo país e o registro das características físicas e humanas observadas são importantes porque é a partir deles que os viajantes iniciam o reconhecimento de sua terra, incluindo paisagens (naturais e históricas) e figuras humanas. Esses elementos físicos também contribuem para a

percepção da identidade pátria e são o ponto de partida para reflexões de outra ordem, mais profundas e subjetivas, em relação à terra portuguesa.

Se há, nas obras, a representação do espaço físico português (mesmo que simbólica) e das viagens que por ele se empreenderam, há, por outro lado, outro tipo de deslocamento que é o temporal. Ao percorrer o território físico, automaticamente os viajantes viajam também ao passado, já que cada passo, cada encontro, cada visão suscitam a recordação de fatos históricos importantes para a reflexão sobre a identidade nacional. Esse interesse em comum de retomar a História pátria deve-se primordialmente ao fato de as obras desses autores se situarem em períodos de fecunda transformação político-social e literária da nação. A começar por Garrett, este viveu, na primeira metade do século XIX, o contexto de transição do absolutismo para o regime liberal, movimento em que se envolveu plenamente e que influenciou a sua prática literária. A ideologia liberal desse período contribuiu para que a abordagem histórica do Romantismo estivesse sempre aliada ao nacionalismo, sendo o aproveitamento de fatos e de personagens históricas um meio de exaltar o passado da nação. Já Saramago assistiu muito de perto, na segunda metade do século XX, à transição do regime ditatorial para a democracia. Neste caso, também se percebe esse interesse literário pela História, mas a abordagem contemporânea, a do pós-25 de Abril, é bastante peculiar, já que, se não se pode dizer que é anti-nacionalista, é anti-epopéia nacionalista; a exaltação dos fatos passados, neste caso, é reconhecida como estratégia usada pelo regime salazarista para impor uma imagem gloriosa da nação, como uma forma de compensação do real, não tão glorioso assim. Essa realidade é tomada, então, sob uma perspectiva bastante mais crítica, havendo uma tendência para que os fatos históricos relacionados com os grandes feitos da nação, juntamente com os heróis nacionais, passem a ser vistos sob um ponto de vista negativo, muitas vezes irônico ou paródico, sendo mesmo desmitificados. Esses contextos de mudança substancial no panorama nacional acabam, portanto, refletindo na produção de textos ensaísticos e literários sobre a própria nação, tendo em vista o desejo (e a necessidade) dos escritores de registrar em suas obras as transformações ocorridas no imaginário individual e colectivo e, assim, contribuir para o questionamento, a compreensão e a consolidação dessas mudanças.

É verdade, porém, que ambos, mesmo Garrett, ao irem em busca da gloriosa memória nacional, também encontram, na maioria

das vezes, decepção ou mesmo vazio. Nessas viagens por Portugal, o encontro marcado com a História oficial portuguesa acaba por tornar-se, às vezes, desencontro, já que nem sempre a expectativa criada pelos compêndios escolares é confirmada. No que se refere às *Viagens*, após a decepção com o destino da personagem Carlos, que já dá sinais, no decorrer da novela, de que representa uma personalidade fraca e corruptível (o que vem a se confirmar quando ele se torna barão), Garrett tenta encontrar compensação na valorização do passado comunitário nacional, sendo este a alternativa para, segundo Victor J. Mendes, “redimir Portugal” (1999, p. 105) da sua conduta presente. É por isso que o narrador tanto se decepciona com a visita a Santarém, justamente porque essa cidade, que poderia ser a salvadora da alma nacional pela via histórica, torna-se exemplo da não preservação e da não conservação do passado. Ao procurar os monumentos nacionais e encontrá-los destruídos ou as sepulturas dos reis portugueses e achá-las vazias, o narrador considera deparar-se com a imagem de uma nação semi-destruída e, de um ponto de vista extremo, inexistente. Para Mendes, a “observação empírica dos monumentos” acaba por perturbar a “retórica da defesa do passado”, tornando-se, assim, mais um motivo da “crise da representação”, que, para este crítico, existe em vários níveis na obra. Na verdade, a crítica maior à nação portuguesa nessas *Viagens* está voltada para o presente, esta “modernidade deplorável”, que “revela uma inadequação para representar o passado”, para gerir o “Portugal antigo” (1999, p. 105), este sim glorioso, heróico. Para outro crítico, Pedro Serra, o “livro de pedra” que é Santarém – e, por sinédoque, Portugal – “é signo da amnésia, do esquecimento” (2003, p. 188), sublinhando a “disjunção entre a ‘grandeza antiga’ e a ‘desgraça presente’” (2003, p. 193). Portugal, não tendo História, passado, torna-se, assim, corpo agonizante ou mesmo túmulo vazio, nada, não havendo, portanto, identidade pátria possível.

Na *Viagem a Portugal*, de José Saramago, há igualmente esse sentimento de decepção quanto aos fatos passados, mas também uma preocupação com uma memória que pode estar prestes a se perder. Se se levar em conta o seu próprio comentário de que esta sua obra “é o último livro de um Portugal que já não existe, que estava a deixar de existir naquele momento” (Reis, 1998, p. 118) (o que se deve já à consciência da entrada do país em uma certa modernidade), pode, então, considerar-se que um certo passado nacional beira ao esquecimento, estando a identidade portuguesa em um momento de oscilação (ou também de agonia). Ao afirmar, mais adiante nesta mesma

entrevista, que o livro “mostra a última imagem de qualquer coisa” (Reis, 1998, p. 118), ele também prevê um Portugal à beira da morte, já à beira do túmulo, prestes a tornar-se o Portugal-ninguém, o Portugal fantasmático garrettiano, entrevendo-se, portanto, nesse comentário, um diálogo com o escritor romântico.

N’*A Jangada*, há igualmente uma espécie de desilusão em relação aos grandes feitos heróicos nacionais, já que, na maioria das vezes, é com teor crítico que esses são comentados; mas há também nessa obra uma forma peculiar de vazio histórico, dessa vez intencional. Ao imaginar a separação da Península e o seu distanciamento da Europa, o autor expressa uma intenção deliberada de romper com o passado de dominação e subjugação relacionados à Europa (simbolizados pela entrada de Portugal para a Comunidade Econômica Européia) e a tentativa de inscrever uma nova história para as nações ibéricas. São justamente o *não* à Europa comunitária e o *sim* à história de irmandade com Espanha e a de comunicação com África e América Latina que permitirão concretizar-se, na obra, um presente alternativo ao de 1986; mas, enquanto isso não acontece, há uma espécie de suspensão do fluxo temporal, histórico [segundo Manuel Gusmão, uma contraposição “à efectiva sequência histórica” (1998, p. 15)], e a proposição de um tempo histórico utópico. Dessa forma, como nas duas outras obras em estudo, há um vazio relativo ao presente, a existência de um Portugal-nada, talvez “ninguém”, mas agora consciente da sua condição, nesse caso desejada, procurada, ansiada.

Tendo em vista, portanto, esse encontro não concretizado com o passado ou, no caso d’*A Jangada*, a sua negação, ambos os autores buscam alternativas para representar a história pátria, utilizando-se, primeiramente, como já se afirmou, de uma intenção crítica e muitas vezes lúdica em relação a alguns desses fatos históricos, principalmente os oficiais. É o caso, por exemplo, nas *Viagens*, da passagem em que o narrador vai ao “reino das sombras” (1983, p. 113) à procura do Marquês de Pombal e encontra-o a jogar cartas com outros mortos ilustres e a “esconder o seu jogo” (1983, p. 114), diga-se de passagem; ou daquela em que, ao passear por Santarém, o narrador imagina Nun’Álvares Pereira a passear pela Ribeira, “dando a ‘correger’ a bela espada velha de seu pai ao rústico profeta que tantos vaticínios de grandeza lhe fez, que o saudou condestável, conde de Ourém e salvador da sua pátria.” (1983, p. 285). Apesar do desejo desse viajante de encontrar (simbolicamente) o herói, não há vestígios dessa figura histórica em Santarém, já que o espaço onde se poderia dar o encontro

fora muito alterado. Na *Viagem a Portugal*, é descrito um evento muito parecido com este último, quando, na visita a Guimarães, a cujo castelo o viajante chega com a expectativa de encontrar o “berço da nacionalidade” portuguesa, ele se depara com uma paisagem de tal modo modificada e degradada, tão diferente do que era na época de Afonso Henriques, que imagina a irônica cena do rei chegando, nos dias atuais, de alguma batalha e perdendo-se no caminho de entrada do castelo, ao mesmo tempo em que o empregado do jardim, após dar-lhe as direções, comenta: “Vê-se cada um.” (2002, p. 60). O mesmo tratamento jocoso ocorre, na *Viagem*, em relação às dinastias reais portuguesas, em especial a figura do rei Dom Sebastião, quase sempre tratado com tom depreciativo. N’*A jangada*, as viagens quinhentistas de descoberta tornam-se o alvo, sendo sempre referidas com um olhar crítico e pouco engrandecedor comparativamente à fabulosa viagem da Península e daqueles que dentro dela também viajam.

Uma outra alternativa usada pelos autores para compensar este desencontro com o passado é a valorização que ambos empreendem da História guardada em memória e contada por pessoas comuns, homens do povo, também considerados responsáveis pela preservação do caráter nacional. Em muitos momentos, Garrett recupera lendas e casos populares portugueses que, se são tomados como exercício de escrita, também o são como meio de valorizar essa face da nação. É o caso da história do Alfageme, que ele insiste em extrair do dono do café do Cartaxo, da lenda de Santa Iria (narrada, pela voz de Garrett, em duas versões, a religiosa e a popular) e da história do homem de botas. Quanto a Saramago, pode afirmar-se que, no caso da *Viagem a Portugal*, o texto se constrói, em grande medida, pelo narrar de histórias contadas ao viajante pelas pessoas que ele encontra pelo caminho ou por ele mesmo lembradas (como a história do galo de Barcelos, a do fantasma de José Júnior, a do soldado José Jorge) ou as registradas nas peças de arte popular portuguesa, as quais, segundo o narrador, também contam “a sua história própria, desde o paleolítico ao século passado” (2002, p. 290). N’*A jangada*, percebe-se que, mais do que o insólito fato da separação da Península, importa ao narrador a história protagonizada por aqueles cinco viajantes, homens simples e comuns que, muitas vezes, mostram compreender muito mais os estranhos acontecimentos do que os governantes e técnicos de todo o mundo, que, na tentativa de interpretar os insólitos acontecimentos, mostram-se insensatos, agindo sempre em favor de seus próprios interesses.

A voz nacional também se expressa, nas obras, por meio do uso

de uma linguagem muitas vezes popular e coloquial, assim como de expressões, frases e provérbios que representam uma memória pátria comum. A própria melodia frasal, caracterizada em ambos os autores, pelo “escrever como se falasse alto” (Saraiva & Lopes, 1997, p. 726), é uma forma de representar a voz do homem comum e as histórias que ele tem para contar. Devido a esse estilo de escrita, a linguagem garrettiana é considerada inovadora para a época literária que ele viveu; mas é com Saramago que essa oralidade atinge o seu máximo até os dias de hoje, com a invenção de uma linguagem totalmente nova que procura resgatar a narrativa de tradição oral. Para além do uso, até mesmo excessivo, dos ditos populares, a pontuação inovadora praticada por ele é uma homenagem aos contadores de histórias. Vale ressaltar que essa melodia textual simbolizada pela pontuação, se não está presente na *Viagem*, está pelo menos representada pela intenção do viajante de ouvir atentamente os casos que o povo tem para contar.

Também é válido ressaltar a importância da literatura na construção dessa nova identidade nacional. Garrett e Saramago, nas obras aqui em análise, dão voz a muitos outros autores, construindo, nas palavras de Julia Kristeva, um verdadeiro “mosaico de citações” (1997, p. 98) que, lado a lado com a voz popular, contribui para uma imagem diferente, não heróica, da nação. Nas *Viagens*, são citados autores da literatura universal e portuguesa, com destaque para Camões e Cervantes. Já na *Viagem*, Saramago refere vários autores, principalmente os nacionais, recuperando toda uma tradição literária portuguesa que vai das crônicas de Fernão Lopes à poesia e ao romance modernistas. D’*A Jangada*, destacam-se as alusões a autores como Estrabão, Bandarra, António Vieira, Fernando Pessoa e Unamuno, que representam não só o pensamento literário, mas também o filosófico, de Portugal e da Península. Não se deve esquecer que, nessa obra, também há referências a uma das maiores obras produzidas na Península, *Dom Quixote* (Roque Lozano e seu burro são uma alusão a Sancho Pança; e a peregrinação pelo interior do território espanhol e português também não se diferencia daquela feita pelo Cavaleiro da Triste Figura). São, portanto, essas vozes e memórias literárias, juntamente com as populares, parte do projeto dos autores de reescrever uma história nacional.

É importante destacar ainda algumas questões que contribuem para a definição dos conceitos de História desenvolvidos nas obras. Enquanto para Garrett essas histórias, a oficial e a popular, são parte de um todo, andam juntas e têm de ser, ambas, aceitáveis como

verdadeiras, para Saramago a história popular parece estar sempre à frente, é mais valorizada e tida como mais autêntica, em detrimento da oficial, tornada motivo de paródia e crítica às vezes feroz por parte do narrador. Quanto a esse tipo de registro histórico, Garrett, mesmo quando crítico (por exemplo, ao comentar os sucessivos reparos da porta de Atamarma, os quais a tornaram muito pouco genuína), segue a tendência da sua época e apresenta um olhar nacionalista sobre o monumento – afirmando que se trata do “arco do triunfo de Afonso Henriques, o mais nobre monumento de Portugal!” (1983, p. 275). Como já se comentou, não é ao passado que se dirige o seu julgamento, mas, na maioria das vezes, ao seu próprio presente.

O tratamento dado à História por esses autores também se diferencia no que se refere à noção de temporalidade. A começar por Garrett, este opta, em geral, por aceitar o fato histórico como fato decorrido. Apesar de estes eventos também servirem para que se repense o tempo presente, o autor vê o passado como pertencente ao próprio passado, ou seja, visto, pelo homem do presente narrativo, com o natural distanciamento temporal e tendo-se plena consciência da relação de causalidade existente entre eles. Ao narrar o já citado trecho referente a Nun’Álvares, o narrador não deixa de reconhecer o atrevimento da suposição, tratando-a como um “anacronismo”. Já Saramago, mais especificamente n’*A jangada* (e em seus demais romances), opta pela noção de “sincronicidade”, esta muito bem colocada por Mary L. Daniel. Para ela, o passado saramaguiano é visto apenas como parte de um todo, em conjunto com o presente e o futuro, em uma relação de “overlapping and interpenetration of lives and events at all levels”. Essa relação pode ser denominada, paradoxalmente, “synchronicity of intentional coincidences” (Daniel, 1991, p. 541), o que justificaria a mistura indiscriminada, no texto narrativo, de fatos passados, presentes e futuros em um mesmo plano, a mistura de vozes antigas e actuais e a preocupação do narrador, expressa no próprio texto d’*A jangada*, com a estratégia a ser usada para narrar simultaneamente os insólitos acontecimentos, “por em escrito, no mesmo tempo, dois casos no mesmo tempo acontecidos” (2002, p. 14). Esse conceito também se aplica à *Viagem a Portugal*, obra em que a idéia começa a delinear-se, já que não é a cronologia dos fatos que define o novo contar; esses vão surgindo em função do percurso de viagem e dos interesses do viajante. Essa estratégia também se concretiza no encontro entre Afonso Henriques e o empregado do castelo de Guimarães, representando-se, assim, a interação entre presente e passado.

A partir desse tratamento dado por Garrett e Saramago aos fatos históricos oficiais, pode deduzir-se que cada um dos autores elege para si um conceito de História. Garrett, apesar de crítico em relação ao antigo regime absolutista (no que segue a tendência liberal), aceita o sentido comumente reservado à História, respeitando a sequência cronológica dos fatos, como organizados pelos compêndios oficiais, e tomando-os como verdade absoluta e incontestável. Há, sim, em sua obra, uma precoce tendência para criticar alguns fatos históricos, como as transformações pós-terremoto de 1755 empreendidas pelo Marquês de Pombal ou a própria guerra entre liberais e conservadores, mas o desejo de preservar o passado glorioso da nação prevalece. É a “retórica da defesa do passado”, definida por Mendes (1999, p. 105), que prevalece.

Já Saramago adota uma postura inaugural no tratamento da História, sendo este um dos aspectos mais marcantes de uma significativa parte da sua escrita romanesca. Tanto isso é verdade que este termo é utilizado na *Viagem a Portugal* quase sempre com inicial minúscula, mesmo quando se refere à História oficial – excepto duas vezes, quando refere a “mão severa da História” (2002, p. 218) e “uma presença constante de História” em Évora (2002, p. 343), comentários dotados de alguma crítica em relação a esse tipo de narrativa. Para ele, a História registrada nos livros é apenas *uma* história possível, contada a partir de um único ponto de vista, podendo, portanto, ter sido escrita de maneira totalmente diversa se outro fosse o seu contador. Veja-se como, na penúltima parte do livro, o narrador tenta recuperar (imitar) ironicamente o discurso histórico (o oficial) para contar parte significativa da História de Portugal:

São complicadas histórias de uma história geral que alguns teimam em fazer passar por simples: primeiro havia os Lusitanos, vieram os Romanos, depois os Visigodos e os Árabes, mas, como era preciso haver um país chamado Portugal, apareceu o conde D. Henrique, a seguir seu filho Afonso, e após ele, entre Afonsos outros, alguns Sanchos e Joões, Pedros e Manuéis, com um intervalo para reinarem três Filipes castelhanos, morto em Alcácer Quibir um pobre Sebastião. E pouco mais. (2002, p. 382)

Percebe-se que o narrador, ao tentar simular uma representação do discurso histórico, fá-lo de maneira por demais

simplista, o que se evidencia no irônico contraste entre estas “complicadas histórias” e o seu registro em poucas linhas, com a excessivamente sintética referência à sucessão de períodos históricos e de reinados. Haverá, como visto, em toda a obra, a tentativa de reescrever essa História, seja recontando-a, seja refletindo sobre ela. É por isso que, na passagem em que narra Afonso Henriques a entrar pelo castelo de Guimarães, o narrador é bastante crítico no comentário do funcionário, o qual sequer sabe quem é aquele cavaleiro que entra. A História, portanto, é esquecida, e o viajante, que “gostaria que o rio da história lhe entrasse de repente no peito”, percebe que “em vez dele é um pequeno fio de água que constantemente se afunda e some nas areias do esquecimento.” (2002, p. 60) O que deveria ser memória torna-se, então, desmemória.

Neste caso, o viajante, ao deparar-se, pelo caminho, com resquícios da História oficial, quase sempre a recusa ou a modifica, ridicularizando heróis e soberanos nacionais ou recontando o fato de maneira diferente. Ele aprecia escrever histórias que poderiam ter sido, que teriam possivelmente ocorrido lado a lado com a oficial, ou preencher as suas lacunas, os não-ditos do texto oficial, de modo a desconstruir os mitos nacionalistas tão apreciados pela História. Esta postura fica evidente na *Viagem a Portugal*, obra em que, da mesma maneira que opta, na viagem que faz, por percorrer uma trajetória alternativa em relação aos percursos turísticos, escolhe contar uma história diversa, também alternativa, de Portugal – consequência da descoberta de um Portugal diferente, em mudança. Assim, a história de Portugal que Saramago (re)conta nesta sua *Viagem* é também, como em Garrett, a do homem comum português, expressa no registro oral, nos monumentos históricos, nas manifestações artísticas e literárias, no trabalho e nos traços humanos. Ao visitar, por exemplo, o Museu de Arqueologia e Etnologia de Lisboa e ver as peças expostas, o viajante é acometido pela vontade de contar uma *nova história*:

O viajante gostaria de pegar na mais antiga e depois seguir a história até à mais recente. Tirando alguns deuses conhecidos e uns tantos imperadores romanos, o resto é arraia-miúda, anónima, sem rosto nem nome. Há uma palavra para designar cada objecto, e o viajante descobre, estupefacto, que a história dos homens é afinal a história desses objectos e das palavras que os nomeiam, e dos nexos existentes entre eles e elas, mais os usos e os desusos, o como, para quê, onde e quem produziu.

A história assim contada não se atravanca de nomes, é a história dos actos materiais, do pensamento que os determina, dos actos que determinam o pensamento. (2002, pp. 290-291)

A citação acima é decisiva não só para esse livro, mas para toda a obra de Saramago, já que representa o momento em que o próprio autor reinventa o conceito da história para ele mais conveniente: ao invés de esta constituir-se de nomes e datas, ela se revela na voz e no trabalho dessas pessoas anônimas, cujos objetos criados guardam, em si, o seu próprio passado, o seu próprio valor e, portanto, a história da nação a que pertencem. O que importa, na verdade, para além do que há de humano em cada peça, é tempo que nela está registrado.

No que diz respeito às obras de Saramago em geral, principalmente as escritas posteriormente à *Viagem a Portugal*, como *A Jangada de pedra*, o ponto de vista com que Saramago observa o passado histórico, diferentemente de Garrett, não é o do passado situado no próprio tempo passado, distante do presente, mas sim o do seu tempo, do tempo seu contemporâneo. Estes acontecimentos, trazidos à atualidade e abordados à sua luz, são vistos e revistos sob o domínio constante de um narrador claramente marcado pela sua contemporaneidade. Nas palavras de Manuel Gusmão, ao indagar o autor sobre este aspecto, “há sempre essa inscrição do presente que de alguma forma marca o modo como se reencena o passado.” Essa suspensão não só temporal, mas também identitária, surge como representação do “desejo de uma outra história, que é também um outro tempo a vir” (Gusmão, 1998, p. 15), de um depósito total de confiança no futuro, totalmente novo, provavelmente *fabuloso* (nos vários sentidos que este termo pode adquirir: como fábula, produto da imaginação, mas também como espetacular, admirável).

A definição do conceito de História é tão importante para o sentido das obras em estudo principalmente porque é a partir dela que se pode compreender melhor a identidade nacional portuguesa descrita pelos autores. Partindo-se dos títulos das obras, por exemplo, podem-se definir coordenadas importantes para o sentido das obras e, particularmente, para a imagem de Portugal desenvolvida em cada uma delas. Assim, como visto, nas *Viagens na minha terra*, Portugal aparece como a terra amada (mas nem por isso não criticada), com a qual o viajante tem uma relação de proximidade e de familiaridade, reconhecendo-a como espaço de onde provêm as suas raízes histórico-culturais; terra que figura, principalmente, como espaço estático de

viagem (o que se confirma pela preposição *em*), estando o foco ativo da obra no próprio escritor e no exercício estético por ele praticado. Na *Viagem a Portugal*, este país é tornado terra longínqua, destino para o qual o viajante se dirige com o intuito de descobri-lo, conhecê-lo e, assim, passar a identificar-se mais com ele e consigo próprio. A preposição *a* define a posição externa do viajante em relação à sua terra, espaço no qual, na primeira página do livro, ele adentra. Esse posicionamento seria no mínimo estranho se não fosse a tendência saramaguiana de buscar sempre um ponto de vista inusitado ao escrever os seus romances. Pensando no título d'*A jangada de pedra*, esse revela que Portugal, juntamente com Espanha, se torna a própria jangada, o veículo que conduz toda aquela massa de terra e gente em direção a um novo tempo; terra em movimento, ela própria elemento ativo, em estado de total mudança e em direção a um novo rumo. Nesse sentido, depreendem-se, da seqüência cronológica em que as obras foram escritas, diferentes representações da nação portuguesa: a de Portugal como espaço de paragem, a de Portugal como destino e a de Portugal como veículo ou a própria viagem.

Voltando aos conceitos de História anteriormente desenvolvidos, vê-se que, se no caso das *Viagens* a ideia de terra amada, apreciada, está de acordo com o ideal de nacionalismo, na *Viagem* a noção de terra estranha, destino para o qual se dirige o viajante, está relacionada com aquele Portugal que está ao lado, mas que, se não for visto atentamente, não se percebe (sendo, por isso, estranho e estando quase a se perder). Já a idéia da nação como veículo dela própria está em consonância com a imagem de suspensão temporal anteriormente referida, já que a História que se pretende n'*A jangada de pedra*, a despeito desse tempo suspenso (e por causa dele), está em construção, por fazer-se; esta não é tida como consequência inevitável, mas como resultado de uma vontade coletiva nacional que interrompe a sua condição de inércia e permite a construção, consciente e ativa, de um futuro diferente. Neste caso, a própria História pátria ganha dinamismo, já que o passado e o presente não são simplesmente aceitos como acabados, absolutos; e é um Portugal ativo, dinâmico como barco em alto-mar, que Saramago descreve.

Vê-se, assim, que as obras analisadas representam a tentativa de preenchimento de um vazio correspondente à identidade nacional portuguesa, a partir da recuperação e da valorização de um certo passado. Não há dúvidas, por outro lado, de que essas novas histórias que os autores pretendem contar representam, na verdade, o desejo de construção de um porvir, a esperança no futuro. Parte-se de um tempo

presente ausente, seja voluntariamente ou não, mas com um pensamento futuroológico, confiante no que virá. Para Garrett, é a tradição, conservada e repassada pelo povo, a maior esperança nacional, tanto que, no final do livro, o narrador consegue vislumbrar uma nova viagem, em que ele “vá peregrinando por esse Portugal fora, em busca de histórias para (...) contar.” (1983, p. 338). Segundo Mendes, “Portugal, mesmo desaparecido como nação, continuará milagrosamente a existir nas *terra, família e raça*”, estas defendidas pela “identidade potencial” (2003, p. 152) que é a popular. Quanto à *Viagem a Portugal*, o último capítulo é importante, pois nele o viajante confirma a esperança no porvir, afirmando que a viagem, afinal, não acabara – mesmo os viajantes, que, estes sim, acabam, “podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa” (2002, p. 387). Isso confirma a intenção de o autor, por meio da sua obra, contornar o pessimismo presente e contribuir para a construção do futuro: para ele, um porvir também esperançoso na tradição popular, nos espaços naturais intactos, na arte, na literatura e na escrita nacionais (e nisso novamente Saramago dialoga com Garrett), na história nova contada e preservada. N’*A Jangada*, se se nega a História oficial e o presente em que Portugal estava prestes a adentrar, recupera-se, por um lado, um passado mais remoto, um tempo arcaico, o da formação da Península (este representado por Pedro Orce e sua cidade, Venta Micena) e, por outro, inscreve-se, na voz daqueles homens comuns que decidem viajar juntos e descobrir a Ibéria, uma nova história, que tem como marca ter nascido da renovação. Essa transformação também continua para além da última página, pois, afirma o narrador, a viagem não acaba, continua para além dessas histórias.

Na verdade, a própria existência dessas três obras, e o empreendimento linguístico em que elas se constituem, se contribui para o resgate e a conservação do passado português, também colabora para o questionamento sobre o presente e para a construção de um futuro diferente. Tanto a retomada do patrimônio cultural, histórico e lingüístico quanto o olhar crítico que caracteriza esses autores são a contribuição dada por eles à formação de novas identidades pátrias. Tendo em vista a contemporaneidade da escrita e do pensamento de ambos, os resultados fazem perceber-se ainda hoje e podem estender-se ainda por muito tempo, sendo o leitor responsável pela escrita de novas histórias, quiçá ainda mais heróicas.

Referências bibliográficas

- DANIEL, Mary L. "Symbolism and synchronicity: José Saramago's *Jangada de pedra*". *Hispania* 74/3, pp. 536-541, 1991. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 23 Março 2006.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Lisboa: Estampa, 1983.
- GUSMÃO, Manuel. "Entrevista com José Saramago". *Vértice* 14, 1989, pp. 85-99.
- _____. "O sentido histórico na ficção de José Saramago". *Vértice* 87, 1998, pp. 7-21.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LOPES, Óscar & SARAIVA, José. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1997.
- LOURENÇO, Eduardo. "Da literatura com interpretação de Portugal (de Garrett a Fernando Pessoa)". In: *O labirinto da saudade – psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2001, pp. 80-117.
- MENDES, Victor J. *Almeida Garrett – Crise na representação nas Viagens na minha terra*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. Lisboa: Caminho, 2002.
- _____. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Caminho, 2002.
- SERRA, Pedro. "Linguagem, memória e história nas Viagens na minha terra". In: Ofélia Paiva & SANTANA, Maria Helena (Org.). *Almeida Garrett – um romântico, um moderno*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 187-213.
- SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da Silva. "De viagens e viajantes". In: MONTEIRO, Ofélia Paiva & SANTANA, Maria Helena (Org.). *Almeida Garrett – um romântico, um moderno*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 243-251.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar conjuntamente as obras *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, *Viagem a Portugal* e *A jangada de Pedra*, de José Saramago. A partir da temática da viagem à própria terra, pretende-se observar de que modo os autores descrevem a nação portuguesa, definindo para ela, em cada um dos textos, identidades muito particulares. As noções de nacionalismo e anti-epopéia nacionalista, História oficial e histórias populares, simultaneidade e sincronicidade serão utilizadas para comparar-se o conceito de História eleito pelos autores, definindo-se, para cada um deles, uma maneira de recorrer à memória nacional. Ver-se-á que essas viagens são, muito mais do que o simples deslocamento pelo espaço físico, verdadeiras viagens pelo passado português, constituindo-se de interessantes visões sobre a identidade pátria.

Palavras-chave: Almeida Garrett; José Saramago; a viagem na literatura; História; identidade nacional

Abstract

The objective of this article is to analyse the books *Travels to my homeland*, by Almeida Garrett, *Travel to Portugal* and *The stone raft*, by José Saramago. The theme of the travel through the homeland is used to observe how the authors view the Portuguese nation, describing particular identities. The notions of traditional nationalism and anti-epic nationalism, official History and popular story, simultaneity and synchronicity are used in order to compare the concepts of History adopted by the authors. The article intends to show that these travels are more than movement through space; they are travels through the Portuguese past. Therefore, this perception is useful in perceiving the way in which the two authors look at historical facts, enabling the analyst to better understand Portuguese national identity.

Keywords: Almeida Garrett; José Saramago; travel; History; national identity